



CÂMARA MUNICIPAL DE URUPÊS

ESTADO DE SÃO PAULO

PRÉDIO LUIZ CARLOS ISIQUE

Dispensa de Licitação nº 04/2025.

PARECER TÉCNICO JURÍDICO

Senhor Presidente:

Trata-se de Processo de contratação com Dispensa de Licitação, que tramita sob a égide da Lei Federal nº 14.133/2021, que tem por objeto a contratação direta, por dispensa de licitação, para a contratação de Serviço de Limpeza e Higienização de 06 (seis) aparelhos de ar-condicionado, sendo 02 de 60 mil Btus, 01 de 18 mil Btus e 03 de 12 mil Btus, assim como a remoção e reinstalação de 01 aparelho de ar-condicionado 12 mil Btus, com sua limpeza e higienização, conforme especificações constantes do Termo de Referência.

A Lei Federal nº 14.133/21 – NLL, esmiuçou as formalidades do processo licitatório e as atribuições dos órgãos públicos e fez uma diferenciação na instrução processual entre os aspectos técnicos e os aspectos jurídicos. A NLL considerou como “aspectos jurídicos” aqueles que dizem respeito à subsunção dos fatos e das pretensões da administração pública à legislação e os colocou sob apreciação do assessoramento jurídico no intuito de auxiliar a atuação administrativa a manter-se dentro da legalidade.

Além disso, percebendo que a NLL autorizou a dispensa de análise dos instrumentos convocatórios e de minutas contratuais pelo órgão de assessoria jurídica a partir de ato de sua autoridade máxima.

Ao contrário do que se tem ouvido falar, a NLL não veio para *empurrar* à assessoria jurídica a atribuição de revisar minuciosamente todas as linhas do processo. Não é razoável exigir que um assessor jurídico domine todas as searas de conhecimento e não é eficiente atribuir a mais de um órgão administrativo a



CÂMARA MUNICIPAL DE URUPÊS

ESTADO DE SÃO PAULO

PRÉDIO LUIZ CARLOS ISIQUE

mesma função. Negar essa realidade seria afrontoso ao art. 5º e ao § 2º do art. 7º da Lei e obrigaria o órgão jurídico a realização de um *checklist* do tamanho da própria NLL a ser feito sobre todos os documentos que compuserem o processo de licitação.

Principalmente quando se elegem os princípios da segregação de funções, da razoabilidade e da eficiência como pilares do procedimento (e a NLL fez isso), é indispensável que todo órgão público cuide da prática e da fiscalização dos atos que estão em sua alçada.

Com efeito, a NLL impõe que as atividades dos agentes públicos sejam definidas e exercidas conforme suas aptidões e, sendo assim, é imprescindível que o agente de contratação e sua equipe de apoio, o setor interessado no contrato, o Departamento de Licitações e Contratos e os demais órgãos técnicos específicos realizem os atos e formulem os documentos do processo da licitação que lhes cabem e verifiquem-nos para que não haja vícios no procedimento nem em documentos essenciais.

Enfim, cada órgão público que participa do procedimento das licitações e dos contratos administrativos tem uma parcela a colaborar com a conferência do preenchimento dos requisitos legais para a contratação e o que a Assessoria Jurídica deve verificar, quando não houver destaque de dúvidas jurídicas específicas, em processos como este, nesta fase, é:

1) Pressupostos de fato

A administração pretende adquirir o bem/serviço indicado no Documento de Formalização de Demanda, contratando diretamente o fornecedor, pelos motivos expostos.



CÂMARA MUNICIPAL DE URUPÊS

ESTADO DE SÃO PAULO

PRÉDIO LUIZ CARLOS ISIQUE

2) Pressupostos de direito

a) Legislação aplicável

A regulamentação das contratações públicas inicia-se na Constituição Federal e passa à legislação ordinária por meio do exercício da competência legislativa privativa da União, a qual tem o dever de especificar os casos em que as contratações diretas são admitidas (art. 22, XXVII e 37, XXI da Magna Carta de 1988).

Ao concretizar esse dever político, a União editou a Lei Federal nº 14.133/21, atualizando, unificando e modificando em determinados aspectos a lei antiga de licitações.

É bem verdade que, a Ministra Esther Dweck, da Pasta Federal da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, anunciou que será editada Medida Provisória que prorrogará o prazo para vigência da Lei Federal nº 14.133/21. Mas, tal inovação não impede a aplicação do procedimento regido pela NLL, o que é salutar que se faça, em respeito ao princípio da eficiência administrativa.

b) Autorização legal para contratação direta

Como regra, as contratações públicas devem ser efetivadas depois de um procedimento público de disputa pelo contrato, mas a Constituição Federal permite que a legislação especifique casos em que as contratações podem ser realizadas sem a referida fase de disputa.

Nesses casos, o procedimento da contratação resulta num contrato firmado diretamente com o fornecedor do produto ou do serviço e,



CÂMARA MUNICIPAL DE URUPÊS

ESTADO DE SÃO PAULO

PRÉDIO LUIZ CARLOS ISIQUE

como são situações de exceção ao dever de licitar para contratar, somente pode ser efetivada uma contratação direta se a hipótese estiver prevista em lei.

O rol desses casos excepcionais está no art. 75 da NLL e, no caso específico, aplicável o inciso II.

c) Requisitos gerais do processo de contratação direta

Sendo a Nova Lei de Licitações, então, a norma a ser observada, é preciso verificar nela o que o processo de contratação direta deve conter para efetivar o contrato desejado.

Os art. 72 e 150 da NLL elencam os requisitos. No caso em apreço, vemos que estão acostados aos autos: Documento de Formalização de Demanda; Termo de Referência, onde se descreve, com minúcias, a caracterização adequada do mobiliário a ser adquirido; Termo de Composição do Orçamento Estimado; Reserva de Crédito/Dotação Orçamentária; a comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima; Razão de Escolha de Fornecedor e Justificativa do Preço.

A autorização da autoridade competente, para se firmar o contrato, obviamente deve ser proferida, ato contínuo ao presente parecer, observando a forma como descrito no art. 72, inciso VIII e § único da NLL.

3) Conclusão

Posto isso, entendemos que o processo em análise está apto a ser submetido para suas posteriores fases, mais precisamente, autorização da autoridade competente (inciso



CÂMARA MUNICIPAL DE URUPÊS

ESTADO DE SÃO PAULO

PRÉDIO LUIZ CARLOS ISIQUE

VIII do art. 72 e § único da NLL), com posterior contratação da empresa **DEVANIR TESSARI ANGELO - ME - CNPJ Nº 51.813.711/0001-16**, pelo valor global de **R\$ 2.070,00 (dois mil e setenta reais)**.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Urupês, 09 de junho de 2025.

DIEGO CORNIANI ARAN

Procurador Legislativo

OAB/SP nº 286.097